

Avaliação de programas sociais: abordagens quantitativas e suas limitações

Paulo Cesar Santos Chiechelski*

Resumo – O presente texto procura efetuar uma revisão das principais abordagens quantitativas encontradas na literatura especializada para empreender avaliações de programas sociais e caracterizar a importância dessas atividades para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento e de implementação de políticas sociais. Adicionalmente, tem como propósito complementar realizar uma breve discussão sobre as limitações técnicas e conceituais de tais abordagens para representar adequadamente a complexidade dos fenômenos sociais.

Palavras-chave – Avaliação de programas. Planejamento. Políticas sociais.

Abstract – The present text tries to make a revision of the main quantitative brouches found in the specialized literature to undertake evaluations of social programs and to characterize the importance of those activities for the improvement of the planning processes and of implementation of social politics. Plus, has as complemental purpose to accomplish a brief discussion about the technical and conceptual limitations of such brouches to represent the complexity of the social phenomenons appropriately.

Key words – Programs evaluation. Planning. Social politics.

1 Introdução

Um dos principais temas de estudo, dentro da área de planejamento, tem sido investigar formas de avaliação das políticas sociais nas diferentes áreas de atuação do governo. Tradicionalmente, a avaliação das políticas sociais tem se processado através de dois tipos de análise. A primeira constitui-se numa análise da evolução do gasto público, que, através da construção de indicadores genéricos, objetiva quantificar a relação entre gastos sociais com respeito ao gasto governamental total. A segunda fundamenta-se em uma análise econômica que tem por objetivo identificar o grau em que os recursos governamentais são utilizados para a produção de bens e serviços e/ou se os resultados alcançados com os empreendimentos sociais são compatíveis com as respectivas necessidades, que poderiam ser medidas tanto do ponto de vista do atendimento integral da demanda existente quanto do atendimento de metas físicas estabelecidas.

Em realidade, existem inúmeros modelos de avaliação dos serviços e programas da área social que derivam tanto do objeto a ser avaliado como dos variados critérios

empregados para a sua consecução, dentre os quais podem ser destacados o estágio de desenvolvimento do programa, a natureza do agente que processa a avaliação, a escala dos projetos, a alçada decisória a que se destina, dentre outros. No entanto, as abordagens que têm merecido maior atenção por parte dos analistas das políticas e programas sociais estão relacionadas ao acompanhamento do gasto social, bem como aos elementos determinantes da eficiência e da eficácia na utilização dos recursos governamentais. Assim, o presente texto busca efetuar uma revisão das principais abordagens quantitativas empregadas para avaliação de programas sociais e caracterizar a importância desses procedimentos para a formulação e implementação das políticas sociais. Adicionalmente, procura realizar uma breve discussão sobre as limitações técnicas e conceituais de tais abordagens para proporcionar adequadas intervenções no campo social.

2 Principais abordagens sobre avaliação de programas sociais

A maioria das abordagens utilizadas para efetuar avaliação de programas sociais tem sua inspiração, em grande parte, nas concepções teóricas extraídas do campo das finanças públicas, notadamente no que diz respeito aos temas vinculados à análise do gasto governamental e do orçamento público, conforme descritas em Silva (1983), bem como do campo da avaliação econômica e social, de acordo com Contador (1988).

Neste sentido, com a finalidade de explorar com maior nível de detalhe as abordagens vinculadas ao campo das finanças públicas e da avaliação econômica, para avaliar programas de natureza social, passa-se a caracterizá-las como segue:

2.1 Abordagens vinculadas ao gasto governamental

Uma das questões centrais de estudo das finanças públicas tem sido investigar formas de análise das despesas nos diferentes campos de atuação governamental. Tais estudos (Fernandes 1998a; Fernandes 1998b; Oliveira 1999; Soares 1999) procuram estabelecer uma relação ou proporcionar uma explicação para o comportamento dos gastos públicos, nas diferentes esferas de governo, a partir de variáveis que podem contribuir para a variação dos

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Faculdade de Serviço Social da PUCRS. E-mail: chiechelski@pucrs.br.

serviços associados a cada política ou programa de trabalho. Neste sentido, podem-se identificar dois modelos básicos que buscam explicar a evolução do gasto governamental através da análise de agregados econômicos ou por intermédio de avaliações da execução do orçamento público.

O modelo de análise de agregados econômicos tem sido empregado mediante a comparação entre a evolução do gasto público total e do gasto do programa objeto de análise. Essa relação demonstra a participação relativa do programa em consideração aos demais itens do gasto e evidencia, de certa forma, a natureza e a magnitude de sua contribuição para os objetivos mais abrangentes da política econômica e social, tais como estabilização econômica, crescimento da produção, resultado fiscal, distribuição de renda, equidade, dentre outros. Entretanto, esse tipo de análise apresenta grandes limitações tendo em vista que, no gasto realizado, muitas vezes, não estão consideradas as despesas e os investimentos efetivados por outras esferas de governo, especialmente nos casos onde existe elevado grau de descentralização das políticas sociais. Adicionalmente, o gasto social é um conceito amplo que pode contemplar, além dos recursos empregados nos programas sociais, aportes do setor privado, gastos em programas de outras naturezas, transferências inter e intragovernamentais, dentre outros. Outro aspecto importante é que essa forma de avaliação não leva em consideração a eficiência dos recursos utilizados, bem como a eficácia alcançada com a implementação dos programas e políticas sociais.

O modelo de análise da execução do orçamento público emprega os conceitos de eficiência e de eficácia para a avaliação dos programas, independentemente da área para a qual foram concebidos ou apresentam atuação predominante. O conceito eficiência preconiza uma análise individualizada de cada empreendimento com a finalidade de verificar se os recursos estão sendo utilizados de forma a minimizar os custos operacionais. O conceito de eficácia busca identificar a contribuição do programa para o alcance dos objetivos gerais das políticas sociais.

De uma forma geral, os conceitos de eficiência e eficácia estão vinculados à forma como são tomadas as decisões durante o processo de elaboração orçamentária: o primeiro diz respeito às decisões operacionais relativas à maneira pela qual os instrumentos e recursos são empregados e o segundo relaciona-se às decisões estratégicas referentes aos instrumentos e recursos a serem utilizados para o atendimento dos objetivos estabelecidos.

A distinção entre esses conceitos é de particular importância uma vez que um mesmo programa pode recorrer a composições fatoriais diferenciadas para a sua execução e, conseqüentemente, produzir diferentes resultados e/ou impactos. De outro lado, a acentuada

ênfase atribuída aos resultados dos programas pode conduzir ao emprego de dotações fatoriais incompatíveis com os padrões requeridos para a produção dos bens e serviços previstos.

Assim, dentro do enfoque das finanças públicas, o conceito de eficiência está associado ao adequado uso e combinação dos recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros, de tal sorte que minimize o custo total de produção dos bens e serviços sociais. Isso é, a eficiência diz respeito à apuração da racionalidade com que os recursos alocados a determinados programas são utilizados.

Por sua vez, o conceito de eficácia vincula-se ao alcance dos fins colimados das políticas sociais, representando a medida de aproximação ou distanciamento verificada entre os objetivos/metasp previstos e os resultados efetivamente praticados. Para Silva (1983, p. 115), a “avaliação sob o critério da eficácia propõe-se verificar se o conjunto de programas que vem sendo executado maximiza os resultados obtidos em termos dos objetivos gerais do planejamento”.

2.2 Abordagens vinculadas à avaliação econômica

As abordagens vinculadas à análise econômica de programas ou projetos foram empregadas, preliminarmente, no âmbito dos negócios, com a finalidade de identificar a viabilidade de execução dos mesmos. A viabilidade estaria associada ao resultado previsto para o empreendimento medido em termos de rentabilidade, isto é, aqueles programas que apresentassem resultado positivo na relação entre as suas receitas e despesas estariam aptos a ser selecionados para efeitos de implementação. Entretanto, a viabilidade de um projeto pode ser avaliada sob outros enfoques além do empresarial. Avaliações sob a ótica de agentes de fomento e de governos, nas suas diversas esferas de atuação, podem ser desenvolvidas com a finalidade de verificar se as intervenções planejadas produzirão os efeitos desejados. Assim, segundo Contador (1988, p. 21), aquelas avaliações que são processadas, levando em consideração o ponto de vista da comunidade ou da sociedade como um todo, são empreendidas sob o enfoque social. As diferenças, portanto, entre os critérios de avaliação privada e social dizem respeito aos diferentes enfoques que são utilizados para a valorização dos recursos e dos produtos dos projetos. A avaliação privada enfatiza os benefícios e os custos a preços de mercado, uma vez que os recursos e os produtos podem ser obtidos e transacionados em um mercado específico. Já a avaliação social utiliza preços sociais que

expressam o valor que a sociedade estaria disposta a pagar pelos bens e serviços proporcionados pelo projeto em questão.

Embora o emprego da avaliação econômica, em programas de natureza social, apresente inúmeras dificuldades de aplicação, a justificativa de sua utilização está relacionada à possibilidade de identificação de quais seriam as melhores possibilidades de investimentos diante das limitações de recursos para a produção de bens e serviços. Através da avaliação econômica, podem-se comparar programas alternativos e eleger aquele(s) que oferece(m) uma maior contribuição sob o ponto de vista da maximização dos resultados e da redução ou racionalização dos custos. Neste sentido, Aguillar e Ander-Egg (1995, p. 171) identificam distintas formas de proceder a avaliação econômica de programas ou projetos sociais, dentre as quais destacam-se a análise de custo-benefício e a análise de custo-eficácia.

2.2.1 Análise de custo-benefício

A análise de custo-benefício fundamenta-se na comparação dos benefícios e dos custos de um projeto, sendo que a condição de aceitabilidade está vinculada à superação do primeiro em relação ao segundo, isto é, como nesta forma de avaliação tanto os custos como os benefícios são expressos em termos monetários, a comparação e o emprego de procedimentos para a quantificação dos resultados tornam-se simplificados. Em realidade, os procedimentos empregados não diferem muito dos utilizados na avaliação privada, existindo a necessidade de apreciar os benefícios futuros em relação aos custos que devem ser suportados na atualidade. Além desse aspecto, essa forma de avaliação pode proporcionar informação sobre as conseqüências econômicas das medidas ou programas alternativos.

Entretanto, inúmeras limitações são apresentadas para a utilização da análise de custo-benefício. Essas limitações, como assinalam Cohen e Franco (1994, p. 193), dizem respeito à dificuldade de quantificar benefícios em termos monetários, principalmente aqueles que apresentam natureza intangível. Adicionalmente, o próprio cálculo dos componentes dos custos torna-se complexo já que devem ser considerados, além dos gastos com pessoal, administração, equipes, ferramentas, materiais e outros custos operacionais, os custos de oportunidade referentes a alternativas de investimentos que se excluem com a decisão de execução do programa. Outro aspecto importante diz respeito à determinação dos diferentes destinatários ou beneficiários uma vez que os programas sociais carregam diferentes tipos de

externalidades e, conseqüentemente, apresentam benefícios difusos em relação aos públicos-alvos.

2.2.2 **Análise de custo-eficácia**

A análise de custo-eficácia ou custo-efetividade é um procedimento que procura avaliar a eficiência na consecução dos objetivos de um programa social. A principal diferença entre a análise de custo-benefício e a análise de custo-eficácia reside na questão da quantificação dos insumos e resultados em termos monetários, isto é, na análise de custo-eficácia os resultados não são expressos em unidades monetárias, sendo que sua aplicação se efetiva através da comparação dos custos do projeto com os benefícios resultantes, medidos em unidades físicas.

Da mesma forma que a análise de custo-benefício, esse tipo de análise pode ser empreendido antes, durante e depois da execução de um empreendimento, havendo uma distinção entre a análise de custo real e a análise de custo potencial. A primeira se efetiva após a realização do projeto enquanto que a segunda decorre de uma análise que se processa antes de uma intervenção com a finalidade de avaliar os impactos potenciais junto às populações-alvos.

Apesar das vantagens da análise de custo-eficácia em relação à análise de custo-benefício, ela apresenta inúmeras limitações. Em primeiro lugar, os resultados obtidos a partir de avaliações da eficácia dos programas sociais não podem ser generalizados. Eles devem levar sempre em consideração os problemas associados às externalidades dos projetos que podem provocar economias ou deseconomias de escala. Em segundo lugar, a análise de custo-eficácia não permite comparar projetos com objetivos diferenciados, a menos que sejam unificados através de uma matriz de integração. Por último, o conceito empregado para eficácia e efetividade é bastante ambíguo dentro dessa abordagem, muitas vezes não havendo uma clara distinção entre a comparação dos resultados alcançados com o rendimento observado na execução de um empreendimento, a saber, a análise de custo-eficácia relaciona resultados com custos de obtenção, por isso não é o único meio que pode ser empregado para avaliar resultados.

3 A importância da avaliação para as políticas sociais

Atualmente, uma das questões mais discutidas, no contexto econômico e social brasileiro, é a relativa à alocação dos recursos em programas sociais. Esse fato tem como justificativa a crescente deterioração das condições de vida da população e a impossibilidade de os governos regionais e federal atenderem às demandas mais urgentes. Ademais, como se verifica no trabalho de Faleiros (2000), as orientações que norteiam a formulação e execução dos programas de natureza social têm apontado muito mais para o desenvolvimento de ações que objetivam minimizar os efeitos dos problemas do que, propriamente, a intervenções que busquem ações mais resolutivas.

Dessa forma, o aperfeiçoamento da elaboração, da formulação e da implantação de programas vinculados às políticas sociais pode produzir uma maior consequência e rendimento nas intervenções, mesmo em situações onde aumentam as necessidades sociais e existem limitados recursos para viabilizar as ações compensatórias. Ademais, o êxito na obtenção de fundos extra-orçamentários está condicionado a uma efetiva aplicação dos recursos, inclusive porque os organismos privados e de fomento internacionais exigem condições de eficácia e eficiência na forma como são usados.

Neste sentido, o aumento da racionalidade das políticas sociais pode ser obtido medindo a eficiência na utilização dos recursos e comprovando a eficácia com que se alcançam os objetivos e, conseqüentemente, a equidade. Assim, a importância dos processos avaliativos encontra justificativa pela possibilidade de proporcionar informações e interpretações mais adequadas para instrumentalizar o processo de planejamento, permitindo escolher as melhores opções dentre os programas e projetos a serem implementados e/ou propiciando avaliar os efeitos produzidos pelos que estão em andamento ou concluídos.

Outro aspecto relevante do ambiente econômico e social é que a crise das finanças públicas e as limitações orçamentárias verificadas atualmente deixam claro que a expansão e a melhoria da oferta de serviços básicos, assim como dos investimentos em infra-estrutura, não poderão ser buscadas, somente, via aumento da receita. Ao contrário, torna-se necessário perseguir o aumento da produtividade e da eficiência da ação governamental com a finalidade de evitar empreendimentos com baixa ou nenhuma eficiência que redundam em esterilização de recursos e poucos benefícios à população.

A modernização dos instrumentos de planejamento e, conseqüentemente, dos mecanismos de mensuração do desempenho das políticas sociais é um dos requisitos necessários para obter maior efetividade da ação governamental, isto é, na atual situação de

escassez de recursos e de limitações de fontes de financiamento do gasto público, torna-se mais do que necessário instrumentalizar os processos de planejamento e acompanhamento das ações governamentais, com o intuito de evitar a pulverização dos recursos financeiros e de buscar maior eficiência na sua utilização.

Dentro desse contexto, as abordagens quantitativas para avaliação de programas sociais podem oferecer inúmeros benefícios ao processo de planejamento e gestão governamental. Elas podem ensejar considerações sobre a dinâmica do gasto público e sobre as condições de eficiência e eficácia na execução de empreendimentos de natureza social, apesar das inúmeras restrições de ordem técnica apresentadas anteriormente. Entretanto, talvez a maior crítica efetuada a essas abordagens tenha relação com aspectos conceituais, notadamente com a pretensa racionalidade e objetividade que postulam imprimir às análises de intervenções nos diversos campos da realidade social.

Assim, a premissa básica dos processos avaliativos de natureza quantitativa está relacionada à racionalidade e qualquer elemento que não apresente essa característica torna-se produtor de instabilidade. A irracionalidade, conforme salienta Kosik (1986, p. 91), como forma contrária à racionalidade, deve estar ausente das perspectivas e das premissas desses processos de avaliação, uma vez que não pode ser devidamente tratada, classificada e ponderada. Nesse sentido, a razão representa o objetivo e o real, enquanto a irracionalidade está associada à subjetividade, ao sentimento, ao irreal. Dessa forma, as percepções, os valores e as sensações se desvinculam do domínio conceitual que sustenta e regula os processos avaliativos quantitativos, tendo em vista que não são passíveis de consideração lógica e não oferecerem possibilidades de tratamento objetivo.

A questão central desses processos avaliativos pode ser configurada a partir da adequação no emprego dos meios necessários para a consecução de uma atividade específica e das conseqüências previsíveis do empreendimento. Essa pretensa racionalidade asseguraria que os julgamentos efetuados se revestem de sistematização e precisão, apresentando uma correspondência concreta com a realidade. Adicionalmente, as condições de verificabilidade das proposições atribuiriam condição de aceitabilidade dos resultados alcançados e da veracidade na interpretação da realidade, de acordo com o que preconiza a lógica da pesquisa científica de Popper (1972).

A dicotomização entre razão/racionalidade e irracionalidade, por sua vez, abre espaço para o surgimento de outro par contrário, segundo Kosik (1986, p. 95), qual seja, objetividade e subjetividade. A objetividade sempre ocupou o papel central da discussão científica e se confundiu com a sua característica imanente. A objetivação passa a ser o elemento

fundamental das ciências em virtude de ser passível de ser medida, verificada e comprovada com evidências concretas. Essa tensão permanente entre a busca do racional na efetivação da política pública e o distanciamento do irracional, caracterizado pelo desperdício, deslocamento em relação às metas, irrelevância, em confronto com a busca de objetividade como condição da verdade científica, sistematização e universalidade entram em contraponto com o subjetivo representado por juízos de valor, emoções, percepções e sentimentos. Ainda de acordo com Kosik (op. cit., p. 94), a razão proporciona condições para selecionar os meios através dos quais se buscará atingir determinado fim, mas exclui o juízo de valor sobre o objetivo a ser alcançado e a sua legitimidade social.

De outro lado, ao se considerar a realidade como uma construção histórica e social, conforme assevera Berger e Luckman (1999, p. 11), se processa um deslocamento do eixo de análise dos resultados quantitativos para as práticas significativas que auxiliam a constituição da emancipação e da ampliação das liberdades de ação dos indivíduos e das comunidades postuladas no estudo de Sen (2000). Essa constatação não retira a importância dos resultados quantitativos de per si, mas os reposiciona em uma perspectiva de elementos indicativos para se rever o processo de intervenção e as interações produzidas no contexto social. Assim, outros elementos relevantes devem ser combinados ao processo de avaliação quantitativa. Esses elementos adicionais dizem respeito aos sujeitos envolvidos nos empreendimentos sociais e nas expressões de sua subjetividade. Neste sentido, ao considerar também esses elementos nos processos de avaliação, estar-se-ia deslocando a concepção puramente técnica de aferição de aspectos quantitativos para uma visão com maior conteúdo ético e social de compromisso e responsabilidade com os destinatários finais da ação social.

4 **Considerações finais**

As políticas sociais brasileiras não têm apresentado resultados substanciais no sentido de reduzir as desigualdades sociais ou mesmo de minimizar o atendimento mais urgente das camadas menos favorecidas da população, apesar das transformações processadas no aparato institucional e da descentralização das ações governamentais. A falta de efetividade das ações governamentais no plano social tem encontrado justificativa na escassez dos recursos públicos para satisfazer as demandas sociais existentes. Isto é, a limitação das fontes de financiamento tem sido empregada para explicar a redução dos recursos destinados aos programas sociais e a deterioração das condições de vida da população. Dessa forma, a impossibilidade de

ampliação do atendimento das demandas e a perda da qualidade dos serviços existentes estariam diretamente relacionadas à diminuição dos fundos disponíveis e às reduções processadas no orçamento dos setores vinculados à área social. Apesar de essas considerações serem parcialmente válidas, elas, tomadas isoladamente, podem encobrir aspectos importantes vinculados ao gasto, tais como a ineficiência dos programas sociais e das estruturas institucionais empregadas para a produção e gerenciamento dos serviços. Adicionalmente, existem inúmeros questionamentos a respeito do que se gasta no setor social e as populações que recebem tais serviços, muitas vezes não havendo uma correspondência concreta entre a população-alvo e os estratos sociais beneficiados com a aplicação dos recursos.

Outra questão importante a ser levada em consideração, quando da avaliação da ação governamental, refere-se à natureza dos fenômenos sociais, isto é, os fenômenos sociais são produzidos por uma conjunção variada de causas e um dos problemas do conhecimento científico consiste em estabelecer o papel que cada um dos fatores desempenha na sua ocorrência. Assim, a inexistência da resposta esperada a uma determinada política pode significar que as premissas em que ela está baseada são incorretas ou que a metodologia e instrumentos de intervenção são inadequados; mas pode significar, também, que variáveis externas não suscetíveis de controle, no âmbito do programa/projeto, tenham restringido ou mesmo anulado os efeitos esperados.

Por outro lado, os espaços de tempo em que as políticas públicas apresentam os resultados esperados (ou se deixam visualizar pelos instrumentos de investigação disponíveis) não são uniformes e, em muitos casos, tendem a ser dilatados. Dessa forma, os resultados de algumas políticas se produzem e podem ser captados em curtos períodos de tempo, enquanto, em outros casos, tanto a resposta como a apreensão dos efeitos ocorrem em períodos mais demorados.

Todas essas considerações apresentadas servem para relativizar os processos de avaliação de programas sociais, evidenciando as suas grandes limitações técnicas e conceituais e, por outro lado, a sua imperiosa necessidade de emprego para a correção de cursos de ação e o aperfeiçoamento das políticas sociais. Na verdade, essas considerações enfatizam restrições para a implementação de procedimentos de avaliação em função da dificuldade de isolar da realidade variáveis efetivamente relevantes, da incerteza em relação aos próprios objetivos do programa em análise, das limitações existentes em termos de informação disponível, da potencialidade das técnicas para determinar relações de causalidade entre recursos empregados e resultados obtidos, dentre outras restrições.

Em realidade, existe uma grande dificuldade em operacionalizar avaliações quantitativas uma vez que elas limitam e simplificam o escopo dos fenômenos analisados. Entretanto, dois aspectos merecem consideração importante. O primeiro estaria vinculado ao próprio planejamento da intervenção, a partir da compreensão de que, ao estabelecer os objetivos e metas da ação/intervenção, estar-se-ia definindo o critério a ser empregado para o processo de avaliação, não podendo existir divergências entre o que se estabelece como fim colimado e o que se observa com a execução do empreendimento. O segundo diz respeito à estreita correlação que deveria existir entre os objetivos do programa com o propósito da mudança que se pretende instalar, além de caracterizar com clareza e significância as exigências do contexto social para os quais a intervenção foi desenvolvida ou se propõe a transformar. Essa última consideração poderia oferecer algumas possibilidades de superação da grande limitação das abordagens quantitativas, tendo em vista que procura incorporar elementos qualitativos no processo de avaliação.

Por fim, dentro do contexto atual das políticas sociais brasileiras, onde se observam necessidades de aumentos consideráveis na demanda de serviços sociais e dificuldades para obtenção de recursos adicionais, torna-se evidente a preocupação em melhorar os níveis de eficiência na utilização dos recursos disponíveis e elevar a eficácia com que se alcançam os objetivos dos programas. Nesse sentido, o emprego adequado de modelos de avaliação pode oferecer valiosas contribuições para os diagnósticos das necessidades e para o aperfeiçoamento da formulação de políticas e programas sociais, bem como possibilitar uma aferição dos impactos e dos resultados verificados, sem os quais, a análise da consequência das iniciativas e das intervenções públicas e/ou privadas no plano social torna-se inviável.

Referências

- AGUILAR, Maria José; NDER-EGG, Ezequiel. *Avaliação de serviços e programas sociais*. 2. ed. Tradução de Jaime A. Clasen e Lúcia Matilde E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CONTADOR, Cláudio Roberto. *Avaliação social de projetos*. São Paulo: Atlas, 1988.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do estado capitalista*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FERNANDES, Maria Alice et al. *Dimensionamento e acompanhamento do gasto social federal – 1994/1996*. Brasília: IPEA, fev. 1998a. (Texto para Discussão, n. 547).
- . *Gasto social das três esferas de governo-1995*. Brasília: IPEA, out. 1998b. (Texto para Discussão, n. 598).
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. *Evolução, determinantes e dinâmica do gasto social no Brasil: 1980/1996*. Brasília: IPEA, jun. 1999. (Texto para Discussão, n. 649).

POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1972.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Fernando Antônio Rezende da. *Finanças públicas*. São Paulo: Atlas, 1983.

SOARES, Marcelo Cardoso. *A mensuração do impacto redistributivo do gasto social: um estudo de caso para a região metropolitana de São Paulo*. Brasília: IPEA, maio de 1999. (Texto para Discussão, n. 643).